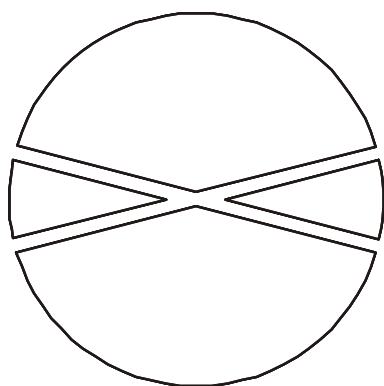




**observatório
universitário**

***O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil:
uma visão quantitativa***

Documento de Trabalho nº. 43

*Edson Nunes
Márcia de Carvalho*

Versão Preliminar para Comentários e Sugestões

Julho de 2005

O **Observatório Universitário**, é um núcleo do instituto **Databrasil – Ensino e Pesquisa** que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Edson Nunes

enunes@databrasil.org.br

Márcia Marques de Carvalho

mmcarv@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Coordenação de Projetos

Violeta Monteiro

Equipe Técnica

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Ferananda Joffily França

Helena Maria Abu-Mebri Barroso

Helenice Andrade

Ives Ramos

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Patrícia de Oliveira Burlamaqui

Vitor de Moraes Peixoto

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatorio@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

PARTE 1 – PROFISSÃO JURÍDICA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DO IBGE	6
1.1. BACHARÉIS EM DIREITO QUE TRABALHAVAM	6
1.2. QUEM SÃO OS BACHARÉIS EM DIREITO QUE NÃO TRABALHAVAM?	17
PARTE 2 – ADVOGADOS NO MUNDO	23
2.1. ADVOGADOS ATIVOS NO MUNDO.....	23
2.2. ESTUDANTES DE DIREITO NO MUNDO	26
PARTE 3 – PERFIL DOS GRADUADOS EM DIREITO NO BRASIL SEGUNDO O PROVÃO DO MEC/INEP	29
3.1. SÓCIO-ECONÔMICO	29
3.2. TRABALHO.....	36
3.3. AVALIAÇÃO E PRINCIPAL CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO.....	38
3.4. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	40
PARTE 4 – DADOS GERAIS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DO ENSINO SUPERIOR DO MEC/INEP	42
4.1. DADOS GERAIS DOS CURSOS DE DIREITO.....	42
4.2. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS.....	42
4.3. EVOLUÇÃO DOS CONCLUINTEs	48
4.4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE DIREITO.....	52
4.5. DEMANDA PELO CURSO DE DIREITO	52
SOBRE O(S) AUTOR(ES)	53
DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO	54

SUMÁRIO DAS TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e a área de ocupação (jurídica ou não), por Região – Brasil – 2000.....	6
Tabela 2 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e a área de ocupação (jurídica ou não), por UF – Brasil – 2000	7
Tabela 3 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho na semana de referência do Censo , por região – Brasil – 2000.....	8
Tabela 4 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho na semana de referência do Censo , por UF – Brasil – 2000	9
Tabela 5 – Bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, segundo ao área de ocupação (jurídica ou não), por região – Brasil – 2000.....	10
Tabela 6 – Bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, segundo ao área de ocupação (jurídica ou não), por UF – Brasil – 2000	11
Tabela 7 – Grupos ocupacionais dos bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, em área não jurídica – Brasil – 2000	12
Tabela 8 – Grupos ocupacionais dos bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, em área não jurídica – Brasil e Regiões – 2000.....	12
Tabela 9 – As 15 ocupações mais frequentes dos bacharéis em Direito que não trabalhavam na área jurídica – Brasil – 2000	13
Tabela 10 – População, Advogados e relação de habitantes por advogado, por UF – Brasil – 2005	14
Tabela 11 – Estimativa do número de advogados ativos em 2005 – Brasil.....	15
Tabela 12 – N° de candidatos inscritos e aprovados na 2ª fase do Exame de Ordem da OAB, por seccional – 2005.1	15
Tabela 13 – Relação de habitantes por advogado – Brasil e Regiões – 2000 e 2005.....	16
Tabela 14 – Bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000	17
Tabela 15 – Bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000	18
Tabela 16 – Percentual dos bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000	19
Tabela 17 – Idade média dos bacharéis em Direito que NÃO trabalhavam na semana de referência do Censo – Brasil – 2000.....	20
Tabela 18 – Bacharéis em Direito que não trabalhavam, segundo a condição no domicílio – Brasil e Regiões – 2000	21
Tabela 19 – Percentual dos Bacharéis em Direito que não trabalhavam, segundo a condição no domicílio – Brasil e Regiões – 2000	22
Tabela 20 – População, Advogados e relação de habitantes por advogado – Brasil e outros países - 2004	23
Tabela 21 – Produto Nacional Bruto (GPD) e Advogados – Vários países – 2004	24
Tabela 22 – Advogados Ativos por Estado – 2003-2004 - EUA	25
Tabela 23 – N° de estudantes de Direito – Brasil e Vários Países - 1985-1986	26
Tabela 24 – N° de concluintes do curso de Direito – Brasil e Vários Países– 1985	27
Tabela 25 – N° de escolas e alunos matriculados em Direito– EUA– 1990-2004.....	28
Tabela 26 – Gênero dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003	29
Tabela 27 – Faixa de idade dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003.....	30
Tabela 28 – Turno dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003	31
Tabela 29 – Estado Civil dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003	32
Tabela 30 – Renda Familiar dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003.....	33

Tabela 31 – Escolaridade do Pai dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003	34
Tabela 32 – Escolaridade da Mãe dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003	35
Tabela 33 – Carga horária de atividade remunerada (sem contar estágio) durante a maior parte do ensino superior, por curso– Brasil– 2003.....	36
Tabela 34 –Tipo de financiamento para custeio do curso de ensino superior, por curso– Brasil– 2003	37
Tabela 35 – Avaliação do nível de exigência do curso, por curso– Brasil– 2003.....	38
Tabela 36 – Principal contribuição do curso superior, por curso– Brasil– 2003	39
Tabela 37 – Perspectivas futuras (profissionais) dos concluintes do ensino superior, por curso– Brasil– 2003	40
Tabela 38 – Perspectivas futuras (acadêmicas) dos concluintes do ensino superior, por curso– Brasil..	41
Tabela 39 – Dados Gerais do curso de Direito – Brasil – 2003.....	42
Tabela 40 – Matrícula no ensino superior, por curso selecionado – Brasil – 1994,1999,2003	42
Tabela 41 – Evolução da Matrícula no Ensino Superior, curso de Direito e Total – Brasil	43
Tabela 42 – Variação da Matrícula no ensino superior, por curso selecionado – Brasil – 1994,1999,2001, 2003	43
Tabela 43 – Matrícula no Curso de Direito por categoria administrativa – 1954–2003.....	45
Tabela 44 – Matrícula no Curso de Direito segundo Região e Unidades da Federação – Brasil – 1954– 2003	46
Tabela 45 – Distribuição da Matrícula no Curso de Direito por Região - 1954-2003.....	47
Tabela 46 – Matrícula no Curso de Direito por UF, segundo as dez UF com maior percentual de alunos – 1954 e 2003.....	47
Tabela 47 – Relação de Matrículas de direito por habitante - Brasil - 1954-2003	47
Tabela 48 – Evolução dos concluintes de Direito – Brasil – 1953-2005	48
Tabela 49 – Concluintes de Direito por dependência administrativa – Brasil – 1953-2003	49
Tabela 50 – Concluintes de Direito por Região – Brasil – 1953-2003	49
Tabela 51 – Concluintes de Direito por Unidade da Federação– Brasil – 1953-2003	50
Tabela 52 – Concluintes no Curso de Direito por UF, segundo as dez UF com maior percentual de concluintes – 1953,2003	51
Tabela 53 – Relação de Concluintes de direito por habitante - Brasil - 1953-2003.....	51
Tabela 54 – Cursos de Direito por dependência administrativa – Brasil – 1954-2003.....	52
Tabela 55 – Vagas e Candidatos aos cursos de Direito – Brasil – 1994-2003	52

FIGURAS

Gráfico 1 – Evolução das Matrículas do Curso de Direito – Brasil – 1907-2003.....	43
Gráfico 2 – Evolução das Matrículas do Ensino Superior – Brasil – 1907-2003.....	44
Gráfico 3 – Evolução das matrículas no ensino superior por curso – Brasil – 1994-2003	45
Gráfico 4 – Evolução dos Concluintes de Direito – Brasil – 1933-2003	48

PARTE 1 – PROFISSÃO JURÍDICA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DO IBGE
1.1. BACHARÉIS EM DIREITO QUE TRABALHAVAM

Tabela 1 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e a área de ocupação (jurídica ou não), por Região – Brasil – 2000

Regiões	Bacharéis em Direito			
	Total	Trabalhavam na semana de referência ¹ ?		
		Sim, trabalhava		Não trabalhavam
		Área Jurídica ²	Outras Áreas	
Brasil	665.409	255.770	243.062	166.577
	100,0%	38,4%	36,5%	25,0%
Norte	17.242	8.022	5.398	3.822
	100,0%	46,5%	31,3%	22,2%
Nordeste	79.389	33.498	26.413	19.478
	100,0%	42,2%	33,3%	24,5%
Sudeste	418.008	152.586	156.457	108.965
	100,0%	36,5%	37,4%	26,1%
Sul	96.321	42.630	33.496	20.195
	100,0%	44,3%	34,8%	21,0%
Centro-Oeste	54.449	19.034	21.298	14.117
	100,0%	35,0%	39,1%	25,9%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

 Notas:¹ Semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

² Classificação Brasileira de Ocupações, utilizada pelo IBGE. Área Jurídica são os que trabalham como advogados autônomos ou de empresas, advogados do judiciário e da segurança pública, tais como juízes, desembargadores, promotores e delegados de polícia.

Tabela 2 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho e a área de ocupação (jurídica ou não), por UF – Brasil – 2000

Brasil, Região Unidade da Federação	Bacharéis em Direito				% dos que trabalhavam na área jurídica sobre o total de bacharéis
	Total	Trabalhavam na semana de referência?		Não	
		Sim, trabalhava			
		Área Jurídica	Outras Áreas		
Brasil	665.409	255.770	243.062	166.577	38,4%
Norte	17.242	8.022	5.398	3.822	46,5%
Rondônia	2.403	1.168	922	313	48,6%
Acre	758	401	269	88	52,9%
Amazonas	3.008	1.391	1.004	613	46,2%
Roraima	369	195	145	29	52,9%
Pará	8.025	3.499	2.212	2.314	43,6%
Amapá	858	454	260	144	52,9%
Tocantins	1.821	915	585	321	50,2%
Nordeste	79.389	33.498	26.413	19.478	42,2%
Maranhão	4.348	2.163	1.224	961	49,7%
Piauí	3.222	1.264	1.115	843	39,2%
Ceará	12.936	5.456	4.481	2.999	42,2%
Rio Grande do Norte	4.200	2.069	1.211	920	49,3%
Paraíba	9.922	3.699	3.886	2.337	37,3%
Pernambuco	19.891	7.482	6.974	5.435	37,6%
Alagoas	5.776	2.339	2.121	1.316	40,5%
Sergipe	3.122	1.180	1.130	812	37,8%
Bahia	15.972	7.845	4.272	3.855	49,1%
Sudeste	418.008	152.586	156.457	108.965	36,5%
Minas Gerais	67.114	23.178	25.401	18.535	34,5%
Espírito Santo	11.388	3.841	4.580	2.967	33,7%
Rio de Janeiro	118.811	39.514	41.875	37.422	33,3%
São Paulo	220.695	86.054	84.600	50.041	39,0%
Sul	96.321	42.630	33.496	20.195	44,3%
Paraná	30.984	14.049	10.661	6.274	45,3%
Santa Catarina	16.492	7.106	6.063	3.323	43,1%
Rio Grande do Sul	48.845	21.475	16.772	10.598	44,0%
Centro-Oeste	54.449	19.034	21.298	14.117	35,0%
Mato Grosso do Sul	8.469	3.430	3.381	1.658	40,5%
Mato Grosso	5.795	2.893	1.886	1.016	49,9%
Goiás	21.286	6.908	7.857	6.521	32,5%
Distrito Federal	18.899	5.804	8.173	4.922	30,7%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 3 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho na semana de referência do Censo ,
por região – Brasil – 2000

Regiões	Bacharéis em Direito		
	Total	Trabalhavam na semana de referência? ¹	
		Sim	Não
Brasil	665.409	498.832	166.577
	100,0%	75,0%	25,0%
Norte	17.242	13.420	3.822
	100,0%	77,8%	22,2%
Nordeste	79.389	59.911	19.478
	100,0%	75,5%	24,5%
Sudeste	418.008	309.043	108.965
	100,0%	73,9%	26,1%
Sul	96.321	76.126	20.195
	100,0%	79,0%	21,0%
Centro-Oeste	54.449	40.332	14.117
	100,0%	74,1%	25,9%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE

Notas:¹ Semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

Tabela 4 – Bacharéis em Direito, segundo a condição de trabalho na semana de referência do Censo, por UF – Brasil – 2000

Brasil, Região e UF	Bacharéis em Direito				
	Total	Trabalhavam na semana ¹ ?			
		Sim		Não	
		Nº	%	Nº	%
Brasil	665.409	498.832	75,0	166.577	25,0
Norte	17.242	13.420	77,8	3.822	22,2
Rondônia	2.403	2.090	87,0	313	13,0
Acre	758	670	88,4	88	11,6
Amazonas	3.008	2.395	79,6	613	20,4
Roraima	369	340	92,1	29	7,9
Pará	8.025	5.711	71,2	2.314	28,8
Amapá	858	714	83,2	144	16,8
Tocantins	1.821	1.500	82,4	321	17,6
Nordeste	79.389	59.911	75,5	19.478	24,5
Maranhão	4.348	3.387	77,9	961	22,1
Piauí	3.222	2.379	73,8	843	26,2
Ceará	12.936	9.937	76,8	2.999	23,2
Rio Grande do Norte	4.200	3.280	78,1	920	21,9
Paraíba	9.922	7.585	76,4	2.337	23,6
Pernambuco	19.891	14.456	72,7	5.435	27,3
Alagoas	5.776	4.460	77,2	1.316	22,8
Sergipe	3.122	2.310	74,0	812	26,0
Bahia	15.972	12.117	75,9	3.855	24,1
Sudeste	418.008	309.043	73,9	108.965	26,1
Minas Gerais	67.114	48.579	72,4	18.535	27,6
Espírito Santo	11.388	8.421	73,9	2.967	26,1
Rio de Janeiro	118.811	81.389	68,5	37.422	31,5
São Paulo	220.695	170.654	77,3	50.041	22,7
Sul	96.321	76.126	79,0	20.195	21,0
Paraná	30.984	24.710	79,8	6.274	20,2
Santa Catarina	16.492	13.169	79,9	3.323	20,1
Rio Grande do Sul	48.845	38.247	78,3	10.598	21,7
Centro-Oeste	54.449	40.332	74,1	14.117	25,9
Mato Grosso do Sul	8.469	6.811	80,4	1.658	19,6
Mato Grosso	5.795	4.779	82,5	1.016	17,5
Goiás	21.286	14.765	69,4	6.521	30,6
Distrito Federal	18.899	13.977	74,0	4.922	26,0

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

 Nota:¹ Semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

Tabela 5 – Bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, segundo ao área de ocupação (jurídica ou não), por região – Brasil – 2000

Regiões	Bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referencia ¹				
	Total	Área Jurídica ²			Outras Áreas
		Advogados autônomos e de empresas	Advogados de judiciário e da segurança pública	Total	
Brasil	498.832	232.091	23.679	255.770	243.062
	100,0%	46,5%	4,7%	51,3%	48,7%
Norte	13.420	6.623	1.398	8.022	5.398
	100,0%	49,4%	10,4%	59,8%	40,2%
Nordeste	59.911	27.838	5.660	33.498	26.413
	100,0%	46,5%	9,4%	55,9%	44,1%
Sudeste	309.043	142.186	10.401	152.586	156.457
	100,0%	46,0%	3,4%	49,4%	50,6%
Sul	76.126	38.937	3.693	42.630	33.496
	100,0%	51,1%	4,9%	56,0%	44,0%
Centro-Oeste	40.332	16.507	2.527	19.034	21.298
	100,0%	40,9%	6,3%	47,2%	52,8%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

 Notas: ¹ Semana de referência do Censo: 23 a 29 de julho de 2000.

² Classificação Brasileira de Ocupações, utilizada pelo IBGE. Área Jurídica são os que trabalham como advogados autônomos ou de empresas, advogados do judiciário e da segurança pública, tais como juízes, desembargadores, promotores e delegados de polícia.

Tabela 6 – Bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, segundo ao área de ocupação (jurídica ou não), por UF – Brasil – 2000

Brasil, Região e UF	Bacharéis em Direito que trabalhavam					% de Área Jurídica sobre o total que trabalhavam
	Total	Área Jurídica			Outras Áreas	
		Advogados autônomos e de empresas	Advogados do judiciário e da segurança pública	Total		
Brasil	498.832	232.091	23.679	255.770	243.062	51,3%
Norte	13.420	6.623	1.398	8.022	5.398	59,8%
Rondônia	2.090	1.024	143	1.168	922	55,9%
Acre	670	325	76	401	269	59,8%
Amazonas	2.395	1.158	233	1.391	1.004	58,1%
Roraima	340	175	20	195	145	57,3%
Pará	5.711	2.918	581	3.499	2.212	61,3%
Amapá	714	325	128	454	260	63,6%
Tocantins	1.500	698	217	915	585	61,0%
Nordeste	59.911	27.838	5.660	33.498	26.413	55,9%
Maranhão	3.387	1.797	366	2.163	1.224	63,9%
Piauí	2.379	991	273	1.264	1.115	53,1%
Ceará	9.937	4.723	733	5.456	4.481	54,9%
Rio Grande do Norte	3.280	1.809	261	2.069	1.211	63,1%
Paraíba	7.585	2.946	753	3.699	3.886	48,8%
Pernambuco	14.456	6.332	1.150	7.482	6.974	51,8%
Alagoas	4.460	1.905	433	2.339	2.121	52,4%
Sergipe	2.310	920	260	1.180	1.130	51,1%
Bahia	12.117	6.415	1.430	7.845	4.272	64,7%
Sudeste	309.043	142.186	10.401	152.586	156.457	49,4%
Minas Gerais	48.579	20.895	2.283	23.178	25.401	47,7%
Espírito Santo	8.421	3.344	497	3.841	4.580	45,6%
Rio de Janeiro	81.389	37.511	2.003	39.514	41.875	48,5%
São Paulo	170.654	80.436	5.618	86.054	84.600	50,4%
Sul	76.126	38.937	3.693	42.630	33.496	56,0%
Paraná	24.710	12.899	1.150	14.049	10.661	56,9%
Santa Catarina	13.169	6.302	804	7.106	6.063	54,0%
Rio Grande do Sul	38.247	19.736	1.739	21.475	16.772	56,1%
Centro-Oeste	40.332	16.507	2.527	19.034	21.298	47,2%
Mato Grosso do Sul	6.811	2.976	454	3.430	3.381	50,4%
Mato Grosso	4.779	2.401	491	2.893	1.886	60,5%
Goiás	14.765	6.146	763	6.908	7.857	46,8%
Distrito Federal	13.977	4.985	819	5.804	8.173	41,5%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 7 – Grupos ocupacionais dos bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, em **área não jurídica** – Brasil – 2000

Grupos de Ocupação Não Jurídica	Brasil	%
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	64.284	26,4%
Membros superiores e dirigentes do poder público	53.871	22,2%
Trabalhadores de serviços administrativos	36.308	14,9%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio	19.848	8,2%
Profissionais das ciências sociais e humanas	18.558	7,6%
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)	11.648	4,8%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	9.601	4,0%
Profissionais de nível médio	7.132	2,9%
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5.547	2,3%
Profissionais das ciências e das artes	4.125	1,7%
Técnicos de nível médio dos serviços culturais	1.174	0,5%
Sem informação	10.966	4,5%
Total	243.062	100,0%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 8 – Grupos ocupacionais dos bacharéis em Direito que trabalhavam na semana de referência, em **área não jurídica** – Brasil e Regiões – 2000

Grupos de Ocupação Não Jurídica	Bacharéis em Direito que trabalhavam					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C-O	
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	1.482	6.766	41.943	9.023	5.070	64.284
Membros superiores e dirigentes do poder público	1.227	6.241	34.008	7.361	5.034	53.871
Trabalhadores de serviços administrativos	683	3.871	23.189	5.153	3.412	36.308
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio	375	1.800	13.321	2.459	1.893	19.848
Profissionais das ciências sociais e humanas	417	2.379	11.885	2.334	1.543	18.558
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)	365	1.547	6.625	1.966	1.145	11.648
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	126	954	6.114	1.560	847	9.601
Profissionais de nível médio	119	939	4.851	858	365	7.132
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	198	616	3.459	695	579	5.547
Profissionais das ciências e das artes	104	358	2.719	578	366	4.125
Técnicos de nível médio dos serviços culturais	35	66	796	145	132	1.174
Sem informação	267	876	7.547	1.364	912	10.966
Total	5.398	26.413	156.457	33.496	21.298	243.062

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 9 – As 15 ocupações mais frequentes dos bacharéis em Direito que não trabalhavam na área jurídica – Brasil – 2000

Ocupações	Bacharéis em Direito que trabalham em área não jurídica	
	Total	%
Serventuários da justiça e afins	39.386	16,2%
Gerentes de produção e operações	21.770	9,0%
Escriturários em geral, agentes, assistentes e aux. adm.	14.271	5,9%
Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados	11.041	4,5%
Gerentes de áreas de apoio	10.645	4,4%
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	8.964	3,7%
Contadores e auditores	7.222	3,0%
Inspetores de polícia e detetives	6.732	2,8%
Representantes comerciais e técnicos de vendas	5.664	2,3%
Secretários de expediente e estenógrafos	5.401	2,2%
Escriturários de finanças	4.223	1,7%
Técnicos e fiscais de tributação e arrecadação	4.087	1,7%
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	4.046	1,7%
Policiais e guardas de trânsito	3.812	1,6%
Professores de disciplinas da educação geral	3.770	1,6%
Outras	92.029	37,9%
Total	243.062	100,0%

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 10 – População, Advogados e relação de habitantes por advogado, por UF – Brasil – 2005

Brasil, Regiões e UF	População Projetada	Advogados Inscritos	Relação população/advogado
Brasil	179.576.925	450.891	398
NORTE.....	14.269.915	13.736	1.039
Rondônia.....	1.508.674	1.765	855
Acre.....	627.681	1.141	550
Amazonas.....	3.026.530	2.322	1.303
Roraima.....	313.739	376	834
Pará.....	6.847.948	6.185	1.107
Amapá.....	571.957	639	895
Tocantins.....	1.373.386	1.308	1.050
NORDESTE...	50.522.700	49.429	1.022
Maranhão.....	5.867.715	3.318	1.768
Piauí.....	3.001.587	2.276	1.319
Ceará.....	8.038.379	7.945	1.012
Rio Grande do Norte.....	2.964.755	3.578	829
Paraíba.....	3.748.155	4.469	839
Pernambuco.....	8.127.560	11.505	706
Alagoas.....	3.101.546	3.411	909
Sergipe.....	1.920.296	1.919	1.001
Bahia.....	13.752.707	11.008	1.249
SUDESTE.....	75.818.612	285.798	265
Minas Gerais.....	18.764.239	42.158	445
Espírito Santo.....	3.350.215	5.532	606
Rio de Janeiro.....	14.277.206	80.717	177
São Paulo.....	39.426.952	157.391	251
SUL.....	26.255.282	69.767	376
Paraná.....	10.042.472	23.678	424
Santa Catarina.....	5.644.371	11.412	495
Rio Grande do Sul.....	10.568.439	34.677	305
CENTRO_OESTE	12.710.416	32.161	395
Mato Grosso do Sul.....	2.260.636	5.598	404
Mato Grosso.....	2.748.723	4.209	653
Goiás.....	5.429.531	11.122	488
Distrito Federal.....	2.271.526	11.232	202

Fontes: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.
OAB. Conselho Federal. Atualizado em 26/01/2005.

- *Considerando os bacharéis em Direito que trabalhavam na área jurídica em setembro de 2000 mais o montante de concluintes do período 2000 a 2004, multiplicado pelo índice de aprovação no exame de ordem, teríamos uma estimativa dos advogados ativos (em área jurídica) em janeiro de 2005. Só chegaríamos ao patamar de 450 mil advogados ativos (dados da OAB) caso o índice de aprovação no exame de ordem estivesse próximo a 70%. Em 2005, nas seccionais disponíveis em maio, o índice médio era aproximadamente 19%. Portanto, o número de advogados ativos divulgado pela OAB poderia está sobreestimado e a relação de habitantes por advogado talvez seja maior do que 398 (Tabela 13).*

Tabela 11 – Estimativa do número de advogados ativos em 2005 – Brasil

Bacharéis em Direito trabalhando na Área Jurídica em 2000 (A)	Concluintes de Direito entre 2000-2004		Advogados Ativos em janeiro de 2005 (I)=(A)+(B)
	Índice de Aprovação Exame de Ordem	Advogados (B)=281.717*Índice	
255.770	20%	56.343	312.113
	30%	84.515	340.285
	40%	112.687	368.457
	50%	140.859	396.628
	60%	169.030	424.800
	70%	197.202	452.972
	80%	225.374	481.144
	90%	253.545	509.315

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.
Nota: 281.717 é o número acumulado de concluintes de Direito de 2000 a 2004

Tabela 12 – N° de candidatos inscritos e aprovados na 2ª fase do Exame de Ordem da OAB, por seccional – 2005.1

Seccionais disponíveis em 24/05/2005	Exame de Ordem 2005.1			
	Candidatos Inscritos	Candidatos Aprovados 2ª fase	Índice de aprovação	Índice de reprovação
Pará	663	119	18,01%	81,99%
Tocantins	297	112	37,71%	62,29%
Minas Gerais	3.952	1.480	37,45%	62,55%
Espírito Santo	1.327	588	44,31%	55,69%
São Paulo(1ªfase)	20.000	2.440	12,20%	87,80%
Mato Grosso	944	165	17,48%	82,52%
Goiás	1.087	313	28,79%	71,21%
Distrito Federal	1.184	334	28,18%	71,82%

Fonte: OAB. Consulta ao site Federal, Notícias. Pesquisa em 24/05/2005

Tabela 13 – Relação de habitantes por advogado – Brasil e Regiões – 2000 e 2005

Brasil, Região e UF	2000			2005		
	População	Bacharéis em Direito que trabalham na Área Jurídica (IBGE)	Relação população/advogados	População Projetada	Advogados Inscritos e Ativos (OAB)	Relação população/advogados
Brasil	169.799.170	255.770	664	179.576.925	450.891	398
Norte	12.900.704	8.022	1.608	14.269.915	13.736	1.039
Nordeste	47.741.711	33.498	1.425	50.522.700	49.429	1.022
Sudeste	72.412.411	152.586	475	75.818.612	285.798	265
Sul	25.107.616	42.630	589	26.255.282	69.767	376
Centro-Oeste	11.636.728	19.034	611	12.710.416	32.161	395
<i>Minas Gerais</i>	<i>17.891.494</i>	<i>23.178</i>	<i>772</i>	<i>18.764.239</i>	<i>42.158</i>	<i>445</i>
<i>Espírito Santo</i>	<i>3.097.232</i>	<i>3.841</i>	<i>806</i>	<i>3.350.215</i>	<i>5.532</i>	<i>606</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>14.391.282</i>	<i>39.514</i>	<i>364</i>	<i>14.277.206</i>	<i>80.717</i>	<i>177</i>
<i>São Paulo</i>	<i>37.032.403</i>	<i>86.054</i>	<i>430</i>	<i>39.426.952</i>	<i>157.391</i>	<i>251</i>

Fontes: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.
 OAB. Conselho Federal. Atualizado em 26/01/2005
 IBGE. Censo Demográfico 2000 e Projeção da População

1.2. QUEM SÃO OS BACHARÉIS EM DIREITO QUE NÃO TRABALHAVAM?

Tabela 14 – Bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000

Itens	Bacharéis em Direito que NÃO trabalhavam				
	Total	Aposentados	Providência para conseguir trabalho?(1)		Afastados (2)
			Sim	Não	
Nº de Pessoas	166.577	79.606	22.817	45.304	18.850
%	100,0	47,8	13,7	27,2	11,3
Gênero - Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Masculino	51,3	68,6	36,5	29,6	48,4
Feminino	48,7	31,4	63,5	70,4	51,6
Idade média	-	63,0	33,1	43,6	41,9
Posição no domicílio - total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pessoa de referência	56,0	80,7	23,7	30,6	51,6
Cônjuge	23,6	13,8	20,0	42,2	24,8
Filho	16,0	2,0	49,3	22,2	20,0
Outro	4,4	3,5	7,0	5,0	3,5

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Notas: (1) Providências para conseguir trabalho: consulta a empregadores, participação ou inscrição em concurso, consulta a agência de empregos ou sindicato, colocar ou responder anúncio, consulta a parente, amigo ou colega, providência para iniciar negócio próprio ou outra providência que efetivamente tivesse como objetivo conseguir trabalho.

(2) Afastados são pessoas que tinham algum trabalho remunerado mas não o exerceu durante toda a semana de referência, por motivo de férias, licença (remunerada ou não-remunerada), falta voluntária, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento.

Tabela 15 – Bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000

Brasil e Regiões	Total	Bacharéis em Direito que NÃO trabalhavam			
		Aposentados	Providência para conseguir trabalho?		Afastados
			Sim	Não	
BRASIL.....	166.577	79.606	22.817	45.304	18.850
<i>Masculino</i>	85.465	54.633	8.323	13.395	9.114
<i>Feminino</i>	81.112	24.973	14.494	31.909	9.736
NORTE.....	3.822	1.361	578	915	968
<i>Masculino</i>	1.881	820	218	305	538
<i>Feminino</i>	1.941	541	360	610	430
NORDESTE.....	19.478	9.750	2.557	4.985	2.186
<i>Masculino</i>	10.361	6.518	919	1.778	1.146
<i>Feminino</i>	9.117	3.232	1.638	3.207	1.040
SUDESTE.....	108.965	52.780	15.080	30.332	10.773
<i>Masculino</i>	56.077	36.491	5.583	8.860	5.143
<i>Feminino</i>	52.888	16.289	9.497	21.472	5.630
SUL.....	20.195	9.407	2.949	5.437	2.402
<i>Masculino</i>	10.250	6.669	1.064	1.483	1.034
<i>Feminino</i>	9.945	2.738	1.885	3.954	1.368
CENTRO-OESTE...	14.117	6.308	1.653	3.635	2.521
<i>Masculino</i>	6.896	4.135	539	969	1.253
<i>Feminino</i>	7.221	2.173	1.114	2.666	1.268

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Notas: (1) Providências para conseguir trabalho: consulta a empregadores, participação ou inscrição em concurso, consulta a agência de empregos ou sindicato, colocar ou responder anúncio, consulta a parente, amigo ou colega, providência para iniciar negócio próprio ou outra providência que efetivamente tivesse como objetivo conseguir trabalho.

(2) Afastados são pessoas que tinham algum trabalho remunerado mas não o exerceu durante toda a semana de referência, por motivo de férias, licença (remunerada ou não-remunerada), falta voluntária, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento.

Tabela 16 – Percentual dos bacharéis em Direito e que não trabalhavam, segundo o gênero – Brasil e Regiões – 2000

Região e Regiões	Total	Bacharéis em Direito que NÃO trabalhavam			
		Aposentados	Providência para conseguir trabalho? ¹		Afastados ²
			Sim	Não	
BRASIL.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Masculino</i>	51,3	68,6	36,5	29,6	48,4
<i>Feminino</i>	48,7	31,4	63,5	70,4	51,6
NORTE.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Masculino</i>	49,2	60,2	37,7	33,3	55,6
<i>Feminino</i>	50,8	39,8	62,3	66,7	44,4
NORDESTE.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Masculino</i>	53,2	66,9	35,9	35,7	52,4
<i>Feminino</i>	46,8	33,1	64,1	64,3	47,6
SUDESTE.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Masculino</i>	51,5	69,1	37,0	29,2	47,7
<i>Feminino</i>	48,5	30,9	63,0	70,8	52,3
SUL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Masculino</i>	50,8	70,9	36,1	27,3	43,0
<i>Feminino</i>	49,2	29,1	63,9	72,7	57,0
CENTRO-OESTE...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Masculino</i>	48,8	65,6	32,6	26,7	49,7
<i>Feminino</i>	51,2	34,4	67,4	73,3	50,3

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Notas: (1) Providências para conseguir trabalho: consulta a empregadores, participação ou inscrição em concurso, consulta a agência de empregos ou sindicato, colocar ou responder anúncio, consulta a parente, amigo ou colega, providência para iniciar negócio próprio ou outra providência que efetivamente tivesse como objetivo conseguir trabalho.

(2) Afastados são pessoas que tinham algum trabalho remunerado mas não o exerceu durante toda a semana de referência, por motivo de férias, licença (remunerada ou não-remunerada), falta voluntária, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento.

Tabela 17 – Idade média dos bacharéis em Direito que NÃO trabalhavam na semana de referência do Censo – Brasil – 2000

Brasi, Regiões e UF	Idade média dos bacharéis em direito que NÃO trabalhavam			
	Aposentados	Providência para conseguir trabalho?(1)		Afastados(2)
		Sim	Não	
Brasil	63,0	33,1	43,6	41,9
NORTE.....	62,0	31,4	41,4	40,5
Rondônia.....	55,3	28,9	39,1	33,0
Acre.....	58,1	-	35,9	48,0
Amazonas.....	63,1	32,0	39,5	38,9
Roraima.....	57,0	37,0	32,0	35,0
Pará.....	62,5	31,3	42,8	41,1
Amapá.....	-	27,6	35,4	39,5
Tocantins.....	57,6	35,3	49,3	42,1
NORDESTE...	64,0	31,6	42,2	40,4
Maranhão.....	62,0	33,0	44,3	35,1
Piauí.....	62,8	25,9	44,7	41,9
Ceará.....	64,8	32,1	44,4	40,2
Rio Grande do Norte.....	62,7	34,4	42,0	37,4
Paraíba.....	63,0	33,7	42,1	44,3
Pernambuco.....	63,1	32,6	45,0	40,9
Alagoas.....	60,4	30,0	44,4	47,2
Sergipe.....	63,7	31,7	37,5	35,1
Bahia.....	69,8	30,5	38,2	38,8
SUDESTE.....	63,0	33,7	44,7	44,5
Minas Gerais.....	62,3	34,2	44,9	44,2
Espírito Santo.....	62,7	35,4	45,4	48,4
Rio de Janeiro.....	62,9	34,5	47,5	46,1
São Paulo.....	63,4	33,0	42,7	43,6
SUL.....	63,2	32,1	40,5	35,7
Paraná.....	64,6	32,3	41,6	37,1
Santa Catarina.....	61,7	34,4	41,9	32,7
Rio Grande do Sul.....	62,8	31,1	39,5	35,9
CENTRO_OESTE	61,2	32,2	41,9	38,8
Mato Grosso do Sul.....	60,3	30,7	38,4	41,8
Mato Grosso.....	62,9	27,3	40,3	34,8
Goiás.....	60,8	32,0	39,2	38,9
Distrito Federal.....	61,6	34,4	48,8	38,2

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 18 – Bacharéis em Direito que não trabalhavam, segundo a condição no domicílio – Brasil e Regiões – 2000

Brasil e Região	Bacharéis em Direito e que NÃO trabalhavam na semana				
	Total	Aposentados	Providência para conseguir trabalho?		Afastados
			Sim	Não	
BRASIL.....	166.577	79.606	22.817	45.304	18.850
<i>Pessoa de referência</i>	93.252	64.249	5.414	13.853	9.736
<i>Cônjuge</i>	39.338	10.979	4.565	19.127	4.667
<i>Filho</i>	26.731	1.626	11.248	10.079	3.778
<i>Outro</i>	7.256	2.752	1.590	2.245	669
NORTE.....	3.822	1.361	578	915	968
<i>Pessoa de referência</i>	2.029	1.039	148	306	536
<i>Cônjuge</i>	975	190	122	402	261
<i>Filho</i>	598	53	260	155	130
<i>Outro</i>	220	79	48	52	41
NORDESTE.....	19.478	9.750	2.557	4.985	2.186
<i>Pessoa de referência</i>	11.447	7.806	698	1.685	1.258
<i>Cônjuge</i>	4.147	1.346	419	1.802	580
<i>Filho</i>	2.884	209	1.160	1.220	295
<i>Outro</i>	1.000	389	280	278	53
SUDESTE.....	108.965	52.780	15.080	30.332	10.773
<i>Pessoa de referência</i>	60.750	42.533	3.442	9.332	5.443
<i>Cônjuge</i>	25.914	7.167	3.054	13.167	2.526
<i>Filho</i>	17.563	1.177	7.612	6.355	2.419
<i>Outro</i>	4.738	1.903	972	1.478	385
SUL.....	20.195	9.407	2.949	5.437	2.402
<i>Pessoa de referência</i>	11.178	7.881	765	1.437	1.095
<i>Cônjuge</i>	4.685	1.217	593	2.236	639
<i>Filho</i>	3.606	92	1.408	1.522	584
<i>Outro</i>	726	217	183	242	84
CENTRO-OESTE...	14.117	6.308	1.653	3.635	2.521
<i>Pessoa de referência</i>	7.848	4.990	361	1.093	1.404
<i>Cônjuge</i>	3.617	1.059	377	1.520	661
<i>Filho</i>	2.080	95	808	827	350
<i>Outro</i>	572	164	107	195	106

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

Tabela 19 – Percentual dos Bacharéis em Direito que não trabalhavam, segundo a condição no domicílio – Brasil e Regiões – 2000

Brasil e Região	Bacharéis em Direito e que NÃO trabalhavam na semana				
	Total	Aposentados	Providência para conseguir trabalho?		Afastados
			Sim	Não	
BRASIL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	56,0	80,7	23,7	30,6	51,6
<i>Cônjuge</i>	23,6	13,8	20,0	42,2	24,8
<i>Filho</i>	16,0	2,0	49,3	22,2	20,0
<i>Outro</i>	4,4	3,5	7,0	5,0	3,5
NORTE.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	53,1	76,3	25,6	33,4	55,4
<i>Cônjuge</i>	25,5	14,0	21,1	43,9	27,0
<i>Filho</i>	15,6	3,9	45,0	16,9	13,4
<i>Outro</i>	5,8	5,8	8,3	5,7	4,2
NORDESTE.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	58,8	80,1	27,3	33,8	57,5
<i>Cônjuge</i>	21,3	13,8	16,4	36,1	26,5
<i>Filho</i>	14,8	2,1	45,4	24,5	13,5
<i>Outro</i>	5,1	4,0	11,0	5,6	2,4
SUDESTE.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	55,8	80,6	22,8	30,8	50,5
<i>Cônjuge</i>	23,8	13,6	20,3	43,4	23,5
<i>Filho</i>	16,1	2,2	50,5	21,0	22,5
<i>Outro</i>	4,3	3,6	6,4	4,9	3,6
SUL.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	55,4	83,8	25,9	26,4	45,6
<i>Cônjuge</i>	23,2	12,9	20,1	41,1	26,6
<i>Filho</i>	17,9	1,0	47,7	28,0	24,3
<i>Outro</i>	3,6	2,3	6,2	4,5	3,5
CENTRO-OESTE...	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<i>Pessoa de referência</i>	55,6	79,1	21,8	30,1	55,7
<i>Cônjuge</i>	25,6	16,8	22,8	41,8	26,2
<i>Filho</i>	14,7	1,5	48,9	22,8	13,9
<i>Outro</i>	4,1	2,6	6,5	5,4	4,2

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.

PARTE 2 – ADVOGADOS NO MUNDO
2.1. ADVOGADOS ATIVOS NO MUNDO

Tabela 20 – População, Advogados e relação de habitantes por advogado – Brasil e outros países - 2004

País	População	Advogados Ativos ¹	Relação População / Advogados	Interpretação
Finlândia	5.206.300	1.662	3.133	<i>1 advogado para cada 3.133 habitantes</i>
Irlanda	3.963.600	1.479	2.680	<i>1 advogado para cada 2.680 habitantes</i>
Áustria	8.067.300	4.494	1.795	<i>1 advogado para cada 1.795 habitantes</i>
França	59.630.100	40.847	1.460	<i>1 advogado para cada 1.460 habitantes</i>
Noruega	4.552.300	4.296	1.060	<i>1 advogado para cada 1060 habitantes</i>
Bélgica	10.355.800	12.672	817	<i>1 advogado para cada 817 habitantes</i>
Alemanha	82.536.700	121.420	680	<i>1 advogado para cada 680 habitantes</i>
Portugal	10.407.500	21.726	479	<i>1 advogado para cada 479 habitantes</i>
Itália	57.321.000	129.071	444	<i>1 advogado para cada 444 habitantes</i>
Grécia	11.018.400	33.727	327	<i>1 advogado para cada 327 habitantes</i>
Espanha	41.550.600	146.214	284	<i>1 advogado para cada 284 habitantes</i>
EUA	293.655.404	1.084.504	271	<i>1 advogado para cada 271 habitantes</i>
Brasil*	179.576.925	450.891	398	<i>1 advogado para cada 398 habitantes</i>

Fontes: CCBE – Council of Bars and Law Societies of Europe
 ABA - American Bar Association
 Eurostat Yearbook 2004
 IBGE . Projeção da População 2005
 U.S. Census Bureau. Population Division

Notas: ¹ Inscritos na OAB

* Dados de 2005 da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal. Atualizado em 26/01/2005.

Ano	População	Advogados atuando Na Área Jurídica		Relação População / Advogados	Interpretação
		Total	Fonte		
2000	169.799.170	255.770	IBGE	664	1 advogado para cada 664 habitantes

Tabela 21 – Produto Nacional Bruto (GPD) e Advogados – Vários países – 2004

País	GPD (\$1.000) previsão	Advogados	Relação GPD / Advogado
Finlândia	132.760.650	1.662	79.880
Irlanda	120.374.532	1.479	81.389
Áustria	225.158.343	4.494	50.102
França	1.559.327.115	40.847	38.175
Noruega	155.142.384	4.296	36.113
Bélgica	277.846.114	12.672	21.926
Alemanha	2.055.163.830	121.420	16.926
Portugal	178.072.325	21.726	8.196
Itália	1.410.096.600	129.071	10.925
Grécia	208.027.392	33.727	6.168
Espanha	922.007.814	146.214	6.306
EUA	10.342.263.946	1.084.504	9.536

Fontes: CCBE – Council of Bars and Law Societies of Europe
 ABA - American Bar Association
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 Eurostat Yearbook 2004

Tabela 22 – Advogados Ativos por Estado – 2003-2004 - EUA

Estado		Advogados Ativos		
		2003	2004	Variação(%)
Alabama	AL	9.697	12.092	24,7
Alaska	AK	2.257	2.281	1,1
Arizona	AZ	11.376	12.006	5,5
Arkansas	AR	5.144	5.200	1,1
California	CA	134.468	136.571	1,6
Colorado	CO	17.038	17.362	1,9
Connecticut	CT	17.839	18.066	1,3
Delaware	DE	2.118	2.234	5,5
Dist. of Columbia	DC	41.055	41.721	1,6
Florida	FL	52.967	54.643	3,2
Georgia	GA	23.698	24.367	2,8
Hawaii	HI	3.772	3.886	3,0
Idaho	ID	2.934	3.045	3,8
Illinois	IL	54.155	57.531	6,2
Indiana	IN	12.581	13.640	8,4
Iowa	IA	6.611	6.734	1,9
Kansas	KS	7.302	7.383	1,1
Kentucky	KY	10.722	10.912	1,8
Louisiana	LA	16.357	16.638	1,7
Maine	ME	3.249	3.383	4,1
Maryland	MD	20.855	20.603	-1,2
Massachusetts	MA	46.622	48.650	4,3
Michigan	MI	30.795	30.734	-0,2
Minnesota	MN	19.850	20.057	1,0
Mississippi	MS	6.152	6.361	3,4
Missouri***	MO	20.252	20.252	0,0
Montana	MT	2.656	2.675	0,7
Nebraska	NE	4.828	4.905	1,6
Nevada	NV	4.587	5.091	11,0
New Hampshire	NH	3.100	3.132	1,0
New Jersey	NJ	36.860	37.172	0,8
New Mexico	NM	4.803	4.922	2,5
New York	NY	137.108	140.479	2,5
North Carolina	NC	16.534	16.912	2,3
North Dakota	ND	1.297	1.297	0,0
Ohio	OH	33.974	34.856	2,6
Oklahoma	OK	10.633	10.719	0,8
Oregon	OR	10.350	10.494	1,4
Pennsylvania	PA	40.562	41.193	1,6
Puerto Rico	PR	11.209	11.191	-0,2
Rhode Island	RI	5.135	4.764	-7,2
South Carolina	SC	7.571	7.355	-2,9
South Dakota	SD	1.605	1.627	1,4
Tennessee	TN	13.513	13.724	1,6
Texas	TX	64.593	65.983	2,2
Utah	UT	5.368	5.919	10,3
Vermont	VT	2.223	2.182	-1,8
Virgin Islands	VI	400	450	12,5
Virginia	VA	19.795	20.129	1,7
Washington	WA	20.770	21.300	2,6
West Virginia	WV	4.175	4.290	2,8
Wyoming	WY	1.334	1.361	2,0
TOTAL		1.058.662	1.084.504	2,4

2.2. ESTUDANTES DE DIREITO NO MUNDO

Tabela 23 – N° de estudantes de Direito – Brasil e Vários Países - 1985-1986

Países	Alunos Matriculados no Ensino Superior					% de Direito sobre o Total
	Total	Cursos de Direito				
		Total	Nível 5	Nível 6	Nível 7	
AFRICA						
Egito	601.843	87.464	-	78.466	8.998	14,5%
Etiópia	27.338	637	362	275	-	2,3%
Quênia	21.756	390	-	373	17	1,8%
AMÉRICA DO NORTE						
Canadá	1.141.816	12.321	-	11.475	846	1,1%
Cuba	256.619	2.789	-	2.789	-	1,1%
Haiti	4.513	1.077	-	1.077	-	23,9%
México	1.191.997	110.542	-	108.301	2.241	9,3%
AMÉRICA DO SUL						
Brasil	1.479.397	139.870	-	137.901	1.969	9,5%
Chile	188.665	4.314	-	4.194	120	2,3%
Colômbia	417.654	46.885	1.612	44.553	720	11,2%
Uruguai	91.580	17.805	-	17.805	-	19,4%
Venezuela	443.064	37.456	-	37.456	-	8,5%
ÁSIA						
China	1.976.950	46.439	17.549	25.629	3.261	2,3%
Indonésia	980.162	109.989	2.400	107.589	-	11,2%
EUROPA						
Áustria	199.898	18.010	-	17.544	466	9,0%
Bélgica	252.236	14.006	34	13.975	-	5,6%
Alemanha	1.550.211	86.499	-	85.405	1.094	5,6%
Itália	1.141.127	172.240	-	171.054	1.186	15,1%
Portugal	112.851	12.119	-	12.031	88	10,7%
Espanha	935.126	138.184	0	137.412	772	14,8%
Suíça	117.017	9.249	6	7.618	1625	7,9%
OCEANIA						
Austrália	370.048	9945	573	8514	858	2,7%

Fonte: Statistical Yearbook 1988 UNESCO

Nível 5: Diplomas and Certificates not equivalent to a first university degree

Nível 6: First University Degrees

Nível 7: Post-Graduate University

Tabela 24 – Nº de concluintes do curso de Direito – Brasil e Vários Países– 1985

Países Selecionados	Alunos Concluintes no Ensino Superior					% de Direito sobre o Total
	Total	Cursos de Direito				
		Total	Nível 5	Nível 6	Nível 7	
ÁFRICA						
Egito	111.411	12.855	-	12.482	373	11,5%
Etiópia	5.615	187	127	60	-	3,3%
Quênia	2.386	88	-	88	-	3,7%
AMÉRICA DO NORTE						
Canadá	198.481	3.683	-	3.386	297	1,9%
Cuba	27.513	357	-	357	-	1,3%
EUA	1.830.284	42.609	2.060	1.157	39.392	2,3%
Haiti	831	108	-	108	-	13,0%
México	120.829	9.657	-	9.052	605	8,0%
AMÉRICA DO SUL						
Brasil	253.553	21.983	-	21.287	696	8,7%
Chile	20.256	377	1	360	16	1,9%
Colômbia	56.052	7.432	395	6.407	660	13,3%
Uruguai	3.488	856	-	856	-	24,5%
Venezuela	29.406	1.623	-	1.623	-	5,5%
ÁSIA						
China	407.014	7.989	3.168	4.161	660	2,0%
Indonésia	73.627	7.531	12	4.407	3.112	10,2%
EUROPA						
Áustria	14.467	1.407	-	1.407	-	9,7%
Bélgica	48.626	1.932	-	1.932	-	4,0%
Alemanha	226.370	7.024	-	6.509	515	3,1%
França	269.841	36.606	1.758	28.904	5.944	13,6%
Itália	89.819	9.525	-	9.353	172	10,6%
Portugal	13.510	824	-	824	-	6,1%
Espanha	94.598	7.683	-	7.584	99	8,1%
OCEANIA						
Austrália	73.563	2.151	28	2.045	78	2,9%

Fonte: Statistical Yearbook 1988 UNESCO
 Level 5: Diplomas and Certificates not equivalent to a first university degree
 Level 6: First University Degrees
 Level 7: Post-Graduate University

Tabela 25 – N° de escolas e alunos matriculados em Direito– EUA– 1990-2004

Ano	Direito	
	Escolas	Matrículas
1990	175	132.433
1991	176	135.157
1992	176	133.783
1993	176	133.339
1994	177	134.784
1995	178	135.595
1996	179	134.949
1997	178	131.801
1998	181	131.833
1999	182	132.276
2000	183	132.464
2001	184	165.091
2002	186	140.628
2003	187	145.088
2004	189	148.169
Δ 10 anos	6%	9%

Fonte: www.abanet.org, acesso em 18/janeiro/2005

PARTE 3 – PERFIL DOS GRADUADOS EM DIREITO NO BRASIL SEGUNDO O PROVÃO DO MEC/INEP

- A base de dados do Exame Nacional de Cursos (ENC), o “Provão”, é a única disponível no Brasil que apresenta dados sobre os concluintes do ensino superior.
- O primeiro ENC, em 1996, avaliou os concluintes dos cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. Os microdados deste primeiro ENC não se encontram disponíveis para o processamento.
- O último ENC foi realizado em 2003 com 434.601 participantes e avaliou 26 cursos de graduação¹. Cerca de 82% dos concluintes do ensino superior participaram do ENC.

3.1. SÓCIO-ECONÔMICO

Tabela 26 – Gênero dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003			
	Gênero			Nº de Respondentes
	Masculino	Feminino	Total	
Administração	51,24	48,76	100,00	69.202
Pública	50,55	49,45	100,00	10.174
Privada	51,35	48,65	100,00	59.028
Direito	49,52	50,48	100,00	68.602
Pública	52,11	47,89	100,00	10.220
Privada	49,06	50,94	100,00	58.382
Eng. civil	75,57	24,43	100,00	6.254
Pública	74,87	25,13	100,00	3.259
Privada	76,33	23,67	100,00	2.995
Letras	13,50	86,50	100,00	34.429
Pública	17,06	82,94	100,00	14.271
Privada	10,98	89,02	100,00	20.158
Medicina	53,74	46,26	100,00	9.112
Pública	55,12	44,88	100,00	5.005
Privada	52,06	47,94	100,00	4.107
Pedagogia	6,26	93,74	100,00	71.536
Pública	9,07	90,93	100,00	26.263
Privada	4,63	95,37	100,00	45.273

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

¹ São eles: administração, direito, engenharias civil, química, elétrica e mecânica, veterinária, odontologia, matemática, jornalismo, letras, medicina, economia, física, química, biologia, agronomia, psicologia, farmácia, pedagogia, arquitetura, contábeis, enfermagem, história, fonoaudiologia e geografia.

Tabela 27 – Faixa de idade dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso e Dep. Adm.		Concluintes do Ensino Superior 2003				Nº de Respondentes
		Faixas de Idade				
		18 a 24	25 a 29	30 ou +	Total	
Administração		43,07	28,71	28,21	100,00	69.189
Pública		52,44	29,29	18,27	100,00	10.171
Privada		41,46	28,61	29,93	100,00	59.018
Direito		50,44	21,57	27,98	100,00	68.602
Pública		60,69	16,66	22,64	100,00	10.220
Privada		48,65	22,43	28,92	100,00	58.382
Eng. civil		49,28	37,37	13,35	100,00	6.254
Pública		57,35	34,83	7,82	100,00	3.259
Privada		40,50	40,13	19,37	100,00	2.995
Letras		34,21	24,12	41,67	100,00	34.428
Pública		33,80	25,57	40,63	100,00	14.270
Privada		34,50	23,09	42,41	100,00	20.158
Medicina		56,63	39,08	4,29	100,00	9.112
Pública		58,42	37,64	3,94	100,00	5.005
Privada		54,44	40,83	4,72	100,00	4.107
Pedagogia		19,48	20,71	59,81	100,00	71.497
Pública		18,21	22,32	59,47	100,00	26.232
Privada		20,21	19,77	60,01	100,00	45.265

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 28 – Turno dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003			
	Turno			Nº de respondentes
	Noturno	Diurno	Total	
Administração	87,12	12,61	100,00	69.201
Pública	72,14	27,73	100,00	10.173
Privada	89,70	10,00	100,00	59.028
Direito	67,02	32,98	100,00	68.602
Pública	58,31	41,69	100,00	10.220
Privada	68,54	31,46	100,00	58.382
Eng. civil	42,88	56,59	100,00	6.254
Pública	21,20	78,80	100,00	3.259
Privada	66,48	32,42	100,00	2.995
Letras	66,51	33,49	100,00	34.429
Pública	50,02	49,98	100,00	14.271
Privada	78,19	21,81	100,00	20.158
Medicina	13,14	86,86	100,00	9.112
Pública	18,76	81,24	100,00	5.005
Privada	6,28	93,72	100,00	4.107
Pedagogia	65,56	34,29	100,00	71.536
Pública	44,74	55,19	100,00	26.263
Privada	77,63	22,16	100,00	45.273

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 29 – Estado Civil dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003				
	Estado Civil				Nº de Respondentes
	Solteiro	Casado	Outros	Total	
Administração	68,61	25,43	5,96	100,00	64.433
Pública	75,84	19,79	4,37	100,00	9.520
Privada	67,36	26,41	6,23	100,00	54.913
Direito	70,81	21,97	7,22	100,00	62.435
Pública	75,82	19,34	4,84	100,00	9.359
Privada	69,93	22,44	7,64	100,00	53.076
Eng. civil	84,52	12,76	2,73	100,00	5.864
Pública	89,54	8,40	2,05	100,00	3.070
Privada	78,99	17,54	3,47	100,00	2.794
Letras	54,34	36,80	8,86	100,00	31.467
Pública	56,00	35,09	8,91	100,00	13.104
Privada	53,15	38,02	8,83	100,00	18.363
Medicina	92,47	5,60	1,93	100,00	8.145
Pública	92,25	6,03	1,72	100,00	4.596
Privada	92,76	5,04	2,20	100,00	3.549
Pedagogia	39,08	49,24	11,68	100,00	66.736
Pública	40,08	48,10	11,82	100,00	24.330
Privada	38,50	49,90	11,60	100,00	42.406

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 30 – Renda Familiar dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003					
	Renda mensal familiar					Nº de Respondentes
	< R\$720	R\$721 a R\$2.400	R\$2.401 a R\$4.800	+ de R\$4.800	Total	
Administração	7,50	44,23	27,75	20,52	100,00	64.388
Pública	10,84	46,28	25,60	17,28	100,00	9.506
Privada	6,92	43,88	28,12	21,08	100,00	54.882
Direito	6,83	37,14	28,08	27,95	100,00	63.207
Pública	7,75	35,40	28,72	28,12	100,00	9.445
Privada	6,67	37,44	27,96	27,92	100,00	53.762
Eng. civil	7,87	36,78	27,91	27,43	100,00	5.854
Pública	10,12	37,86	26,50	25,52	100,00	3.064
Privada	5,41	35,59	29,46	29,53	100,00	2.790
Letras	32,60	51,50	11,88	4,02	100,00	31.748
Pública	40,31	46,37	10,02	3,30	100,00	13.195
Privada	27,12	55,15	13,21	4,53	100,00	18.553
Medicina	5,18	22,47	26,66	45,69	100,00	8.304
Pública	6,61	27,41	27,45	38,53	100,00	4.692
Privada	3,32	16,06	25,64	54,98	100,00	3.612
Pedagogia	31,33	52,74	12,09	3,84	100,00	66.578
Pública	44,27	46,26	7,17	2,31	100,00	24.221
Privada	23,94	56,45	14,90	4,71	100,00	42.357

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 31 – Escolaridade do Pai dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm	Concluintes do Ensino Superior em 2003						Nº de respondentes
	Escolaridade do pai						
	Nenhuma	Até a 4ªsérie	Entre 4ª e a 8ª	Ensino médio	Ensino superior	Total	
Administração	4,04	29,03	17,90	25,89	23,15	100,00	64.449
Pública	3,34	25,79	16,32	28,31	26,24	100,00	9.515
Privada	4,16	29,59	18,17	25,46	22,62	100,00	54.934
Direito	3,35	20,98	13,40	24,08	38,19	100,00	63.532
Pública	3,18	17,63	11,81	24,24	43,13	100,00	9.494
Privada	3,38	21,57	13,68	24,06	37,32	100,00	54.038
Eng. civil	1,61	13,80	11,34	28,07	45,17	100,00	5.864
Pública	1,44	11,30	10,68	28,89	47,70	100,00	3.068
Privada	1,79	16,56	12,08	27,17	42,40	100,00	2.796
Letras	11,66	44,67	17,90	16,79	8,98	100,00	31.886
Pública	14,70	42,99	16,99	16,24	9,08	100,00	13.272
Privada	9,49	45,86	18,54	17,19	8,91	100,00	18.614
Medicina	0,68	6,36	6,58	19,57	66,80	100,00	8.286
Pública	0,83	6,69	7,01	21,79	63,69	100,00	4.681
Privada	0,50	5,92	6,03	16,69	70,86	100,00	3.605
Pedagogia	13,82	50,30	15,09	13,88	6,92	100,00	66.593
Pública	19,53	49,27	13,59	12,22	5,40	100,00	24.247
Privada	10,54	50,89	15,95	14,83	7,79	100,00	42.346

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 32 – Escolaridade da Mãe dos concluintes do Ensino Superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm	Concluintes do Ensino Superior em 2003						Nº de respondentes
	Escolaridade da mãe						
	Nenhuma	Até a 4ªsérie	Entre 4ª e a 8ª	Ensino médio	Ensino superior	Total	
Administração	4,11	27,12	19,32	28,69	20,75	100,00	64.455
Pública	3,08	22,87	17,08	32,06	24,91	100,00	9.514
Privada	4,29	27,86	19,70	28,11	20,03	100,00	54.941
Direito	3,37	19,24	15,04	29,84	32,50	100,00	63.502
Pública	2,63	15,78	12,68	29,99	38,91	100,00	9.493
Privada	3,50	19,85	15,45	29,82	31,38	100,00	54.009
Eng. civil	1,49	12,43	13,52	34,72	37,85	100,00	5.858
Pública	1,21	9,03	12,35	36,18	41,23	100,00	3.068
Privada	1,79	16,16	14,80	33,12	34,12	100,00	2.790
Letras	10,53	40,43	18,78	19,82	10,44	100,00	31.935
Pública	12,46	38,64	17,18	20,97	10,75	100,00	13.302
Privada	9,15	41,71	19,93	19,00	10,21	100,00	18.633
Medicina	0,47	4,91	6,61	29,52	58,49	100,00	8.317
Pública	0,47	5,11	7,43	30,84	56,14	100,00	4.695
Privada	0,47	4,64	5,55	27,80	61,54	100,00	3.622
Pedagogia	13,16	47,49	16,21	15,94	7,20	100,00	66.831
Pública	16,77	46,44	14,84	15,59	6,36	100,00	24.370
Privada	11,09	48,10	17,00	16,13	7,68	100,00	42.461

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

3.2 TRABALHO

Tabela 33 – Carga horária de atividade remunerada (sem contar estágio) durante a maior parte do ensino superior, por curso– Brasil– 2003

Curso / Dep. Adm	Concluintes do Ensino Superior em 2003						Nº de respondentes
	Durante a maior parte do seu curso, qual foi a carga horária da atividade remunerada (sem contar estágio remunerado)?						
	Não exerci atividade remunerada	Trabalhei eventualmente	Trabalhei até 20 horas semanais	Trabalhei mais de 20 horas e menos de 40 horas	Trabalhei em tempo integral - 40 h semanais ou mais	Total	
Administração	14,19	6,08	4,33	14,49	60,91	100,00	64.449
Pública	20,85	8,79	5,69	16,54	48,13	100,00	9.515
Privada	13,04	5,61	4,10	14,13	63,12	100,00	54.934
Direito	32,64	10,10	6,56	15,43	35,27	100,00	63.532
Pública	39,31	10,61	7,18	16,80	26,10	100,00	9.494
Privada	31,47	10,01	6,45	15,19	36,88	100,00	54.038
Eng. civil	40,06	15,02	12,94	12,41	19,56	100,00	5.864
Pública	47,10	18,74	16,04	11,70	6,42	100,00	3.068
Privada	32,33	10,94	9,55	13,20	33,98	100,00	2.796
Letras	20,23	11,45	14,59	21,62	32,12	100,00	31.886
Pública	21,71	11,75	17,50	20,25	28,80	100,00	13.272
Privada	19,18	11,23	12,51	22,60	34,48	100,00	18.614
Medicina	72,77	17,31	6,09	3,10	0,72	100,00	8.286
Pública	69,99	19,14	7,31	2,86	0,70	100,00	4.681
Privada	76,39	14,92	4,52	3,41	0,75	100,00	3.605
Pedagogia	16,33	5,63	16,17	24,99	36,88	100,00	66.593
Pública	17,14	5,94	19,21	22,63	35,08	100,00	24.247
Privada	15,87	5,45	14,43	26,34	37,92	100,00	42.346

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 34 –Tipo de financiamento para custeio do curso de ensino superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003					Nº de Respondentes
	Tipo de financiamento para custeio das despesas do curso					
	Nenhum	FIES	Bolsa da IES	Outras*	Total	
Administração	70,74	5,65	10,75	12,86	100,00	64.439
Pública	87,27	1,20	4,16	7,37	100,00	9.512
Privada	67,88	6,42	11,89	13,81	100,00	54.927
Direito	72,69	8,90	11,21	7,19	100,00	63.596
Pública	89,95	2,07	2,75	5,22	100,00	9.494
Privada	69,66	10,10	12,70	7,54	100,00	54.102
Eng. civil	76,47	6,20	8,27	9,07	100,00	5.856
Pública	86,10	1,34	3,85	8,71	100,00	3.065
Privada	65,89	11,54	13,11	9,46	100,00	2.791
Letras	69,61	5,14	12,68	12,56	100,00	31.934
Pública	81,24	1,10	4,14	13,52	100,00	13.281
Privada	61,34	8,03	18,76	11,88	100,00	18.653
Medicina	78,67	7,38	7,63	6,32	100,00	8.335
Pública	86,88	1,29	3,37	8,45	100,00	4.712
Privada	67,98	15,29	13,17	3,56	100,00	3.623
Pedagogia	62,11	3,67	13,57	20,65	100,00	66.418
Pública	66,53	1,16	5,28	27,03	100,00	24.120
Privada	59,59	5,10	18,29	17,02	100,00	42.298

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Nota: * Outra: FIES ou bolsa oferecida por outra instituição (CAPES,CNPQ).

3.3. AVALIAÇÃO E PRINCIPAL CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Tabela 35 – Avaliação do nível de exigência do curso, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003				
	Como você avalia o nível de exigência do curso?				Nº de Respondentes
	Deveria ter exigido mais	Exigiu na medida certa	Deveria ter exigido menos	Total	
Administração	63,50	32,79	3,71	100,00	64.271
Pública	70,26	27,23	2,51	100,00	9.493
Privada	62,32	33,75	3,92	100,00	54.778
Direito	65,20	30,56	4,24	100,00	63.420
Pública	68,19	28,38	3,43	100,00	9.462
Privada	64,68	30,94	4,39	100,00	53.958
Eng. civil	42,97	45,07	11,96	100,00	5.855
Pública	38,28	45,95	15,76	100,00	3.064
Privada	48,12	44,11	7,77	100,00	2.791
Letras	53,07	41,70	5,23	100,00	31.965
Pública	55,48	40,40	4,12	100,00	13.306
Privada	51,35	42,63	6,02	100,00	18.659
Medicina	63,07	30,64	6,29	100,00	8.318
Pública	60,14	31,49	8,37	100,00	4.696
Privada	66,87	29,54	3,59	100,00	3.622
Pedagogia	46,94	48,34	4,72	100,00	66.738
Pública	51,42	44,95	3,62	100,00	24.339
Privada	44,37	50,28	5,35	100,00	42.399

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 36 – Principal contribuição do curso superior, por curso– Brasil– 2003

Curso Dep. Adm.	Concluintes do Ensino Superior em 2003					
	Principal contribuição do curso					Nº de respondentes
	Formação profissional	Diploma de nível superior	Formação teórica	Outros	Total	
Administração	52,50	14,08	8,81	24,60	100,00	64.168
Pública	51,62	14,74	11,48	22,16	100,00	9.485
Privada	52,66	13,96	8,35	25,03	100,00	54.683
Direito	55,52	16,05	8,66	19,77	100,00	63.261
Pública	51,21	17,21	12,70	18,88	100,00	9.440
Privada	56,28	15,84	7,95	19,93	100,00	53.821
Eng. civil	65,09	11,39	12,83	10,69	100,00	5.847
Pública	64,25	9,58	15,72	10,46	100,00	3.060
Privada	66,02	13,38	9,65	10,94	100,00	2.787
Letras	51,06	10,95	5,66	32,33	100,00	31.897
Pública	49,98	9,75	7,38	32,88	100,00	13.286
Privada	51,84	11,80	4,43	31,93	100,00	18.611
Medicina	81,78	6,41	7,52	4,30	100,00	8.287
Pública	83,15	5,15	7,53	4,17	100,00	4.676
Privada	80,01	8,03	7,50	4,46	100,00	3.611
Pedagogia	58,90	8,44	7,02	25,63	100,00	66.575
Pública	58,54	6,86	8,40	26,19	100,00	24.284
Privada	59,11	9,35	6,23	25,31	100,00	42.291

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

3.4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Tabela 37 – Perspectivas futuras (profissionais) dos concluintes do ensino superior, por curso– Brasil– 2003

Curso	Quanto ao exercício profissional, após a conclusão do curso, o que você pretende?					Total	Nºde respondentes
	Procurar emprego na área	Já trabalho na área	Abrir negócio próprio	Mudar de área	Não pretendo trabalhar		
Administração	26,9	47,45	17,31	7,38	0,96	100	63.795
Direito	53,87	21,53	14,5	7,46	2,64	100	62.638
Pedagogia	22,9	66,4	4,83	4,82	1,04	100	66.225
Letras	51,42	35,76	3,2	7,86	1,77	100	31.535
Medicina	83,75	3,19	10,81	2,25	*	100	8.240

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

Tabela 38 – Perspectivas futuras (acadêmicas) dos concluintes do ensino superior, por curso– Brasil

Curso	Quanto aos estudos, que outro curso você pretende fazer?					Total
	Mestrado/doutorado na área	Mestrado/doutorado em outra área	Espec/aperf.	Outro curso de graduação	Nenhum curso	
Administração	32,37	7,33	45,84	12,28	2,18	100,00
Direito	52,12	3,21	33,54	6,92	4,22	100,00
Pedagogia	30,89	3,57	52,23	10,65	2,66	100,00
Letras	42,85	3,67	39,17	12,17	2,14	100,00
Medicina	39,47	0,85	55,60	1,90	2,18	100,00

Fonte: Tabulação do Observatório Universitário com os microdados do Provão 2003 Mec/INEP

PARTE 4 – DADOS GERAIS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL SEGUNDO O CENSO DO ENSINO SUPERIOR DO MEC/INEP

4.1.DADOS GERAIS DOS CURSOS DE DIREITO

Tabela 39 – Dados Gerais do curso de Direito – Brasil – 2003

Dados Gerais	Curso de Direito por categoria administrativa.				
	Total	Pública			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
Cursos	704	56	39	18	591
Vagas Oferecidas	197.988	5.441	3.266	3.879	185.403
Candidatos Inscritos	629.257	102.955	67.260	11.648	447.394
Ingressos	140.416	5.422	3.266	3.632	128.097
Relação candidato/vaga	3,2	18,9	20,6	3,0	2,4
Matrículas no 1ºsem	508.424	28.275	15.330	16.395	448.424
Concluintes	64.413	4.863	3.342	2.318	53.890

Fonte: MEC/INEP/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação e Base de Dados. 2003

4.2. EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS

Tabela 40 – Matrícula no ensino superior, por curso selecionado – Brasil – 1994,2003

Curso	Matrícula no ensino superior			
	1994		2003	
	Total	%	Total	%
Administração	195.603	11,8	564.681	14,5
Direito	190.712	11,5	508.424	13,1
Pedagogia	114.365	6,9	373.878	9,6
Engenharia	140.169	8,4	234.680	6,0
Contábeis	102.900	6,2	157.991	4,1
Comunicação Social	48.487	2,9	174.856	4,5
Psicologia	50.055	3,0	90.332	2,3
Economia	67.594	4,1	61.584	1,6
Medicina	47.919	2,9	60.912	1,6
Outros	703.230	42,3	1.659.684	42,7
Total	1.661.034	100,0	3.887.022	100,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação. Vários anos.

Tabela 41 – Evolução da Matrícula no Ensino Superior, curso de Direito e Total – Brasil

Ano	Matrículas no Ensino Superior		
	Direito	Total	%
1907	2.481	5.948	41,7%
1932	6.448	20.450	31,5%
1934	8.515	24.475	34,8%
1962	26.140	107.963	24,2%
1963	28.020	116.980	24,0%
1965	33.608	155.781	21,6%
1968	52.856	278.295	19,0%
1971	76.906	557.452	13,8%
1974	85.849	937.593	9,2%
1978	127.221	1.225.557	10,4%
1980	134.916	1.377.286	9,8%
1987	144.043	1.470.555	9,8%
1994	190.712	1.661.034	11,5%
1995	215.177	1.759.703	12,2%
1996	239.201	1.868.529	12,8%
1997	265.005	1.945.615	13,6%
1998	290.599	2.125.958	13,7%
1999	328.782	2.369.945	13,9%
2000	369.777	2.700.350	13,7%
2001	414.519	3.030.754	13,7%
2002	463.135	3.479.913	13,3%
2003	508.424	3.887.022	13,1%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino no Brasil, 1871/1954.
 MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1964-63 ; 1974 ; 1987; 1995 a 2003
 MEC/INEP. Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil.1980 a 1994.

Tabela 42 – Variação da Matrícula no ensino superior, por curso selecionado – Brasil – 2001, 2003

Curso	Matrículas no ensino superior		
	2001	2003	Variação
Administração	401.000	564.681	40,8%
Direito	414.519	508.424	22,7%
Pedagogia	261.091	373.878	43,2%
Engenharia	196.306	234.680	19,5%
Contábeis	136.989	157.991	15,3%
Comunicação Social	125.998	174.856	38,8%
Psicologia	79.910	90.332	13,0%
Economia	64.018	61.584	-3,8%
Medicina	57.930	60.912	5,1%
Outros	1.292.993	1.659.684	28,4%
Total	3.030.754	3.887.022	28,3%

Fonte: MEC/INEP/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação. Vários anos.

Gráfico 1 – Evolução das Matrículas do Curso de Direito – Brasil – 1907-2003

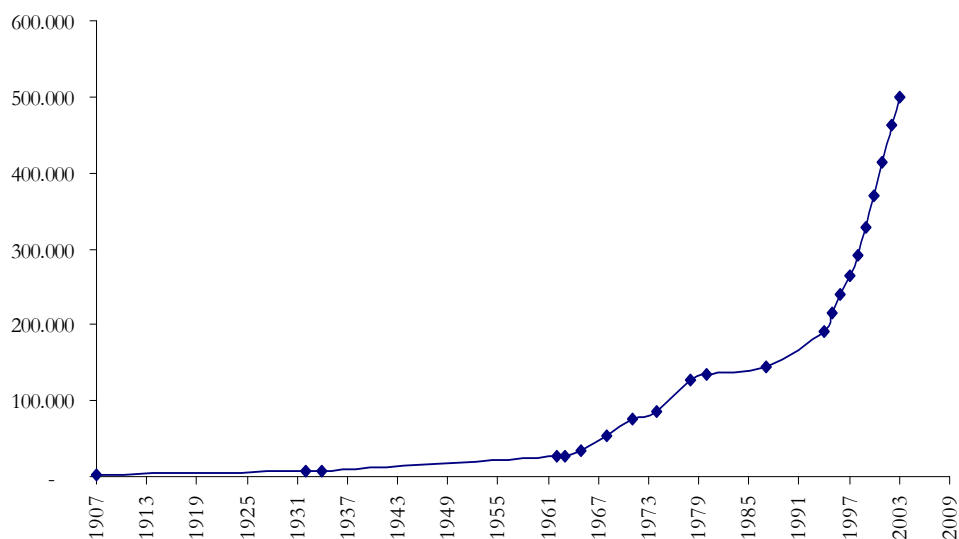


Gráfico 2 – Evolução das Matrículas do Ensino Superior – Brasil – 1907-2003

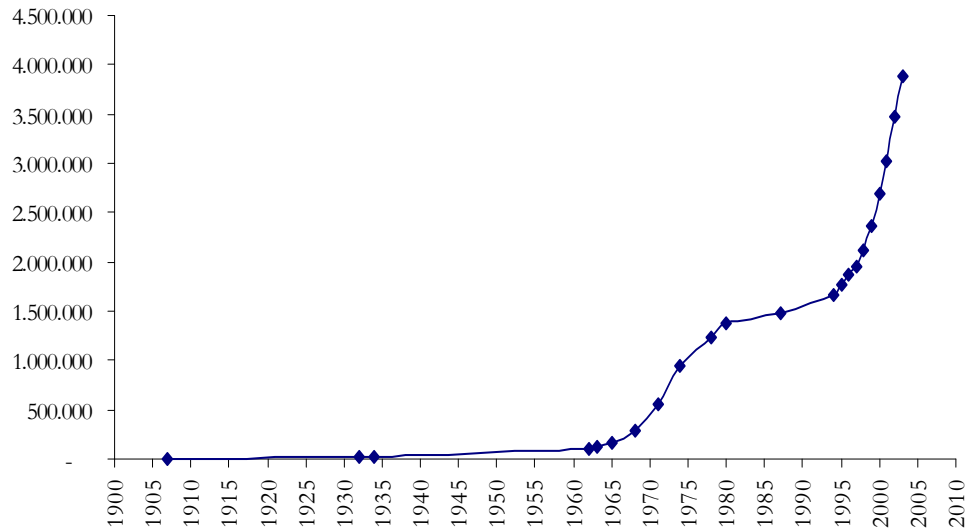
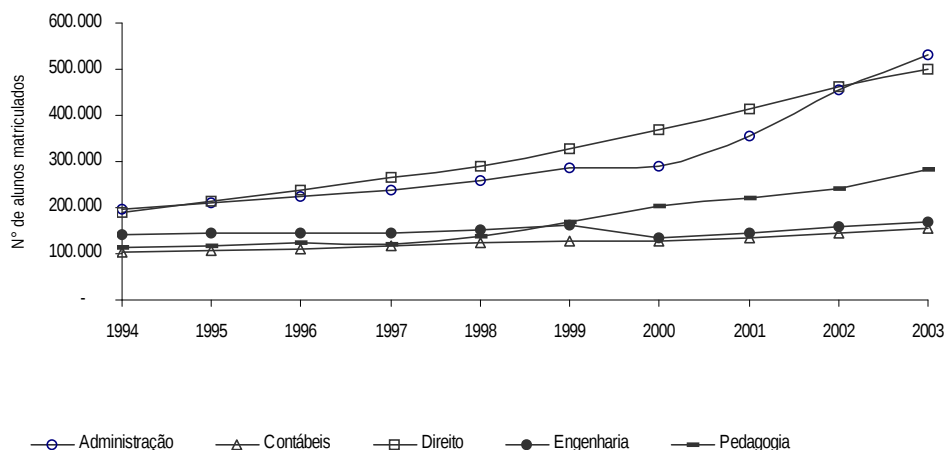


Tabela 43 – Matrícula no Curso de Direito por categoria administrativa – 1954–2003

Ano	Matrículas no curso de Direito						Privado sobre o Total
	Total	Público				Privado	
		Total	Federal	Estadual	Municipal		
1954	17.124	10.749	6.316	2.338	2.095	6.375	37%
1964	30.888	14.606	*	*	*	16.282	53%
1974	85.849	23.500	13.990	5.062	4.448	62.349	73%
1987	144.043	37.676	21.703	7.511	8.462	106.367	74%
1994	190.712	42.343	21.757	10.104	10.482	148.369	78%
2003	508.424	60.000	28.275	15.330	16.395	448.424	88%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1987; 1994 e 2003.

Gráfico 3 – Evolução das matrículas no ensino superior por curso – Brasil – 1994-2003



Fonte: MEC/INEP/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior Graduação. 1994 a 2003.

Tabela 44 – Matrícula no Curso de Direito segundo Região e Unidades da Federação – Brasil – 1954-2003

Regiões e UF	Matrículas no curso de Direito				
	1954	1964	1974	1994	2003
NORTE	362	524	1.137	5.034	16.997
Rondônia	-	-	-	1.076	4.101
Acre	-	-	128	203	725
Amazonas	120	169	182	176	3.984
Roraima	-	-	-	-	325
Pará	242	355	827	2.869	5.326
Amapá	-	-	-	347	659
Tocantins	-	-	-	363	1.877
NORDESTE	2.464	3.830	8.530	20.129	56.813
Maranhão	215	165	361	873	6.637
Piauí	193	180	279	393	5.204
Ceará	215	700	788	3.479	8.075
Rio Grande do Norte	-	197	197	1.087	4.630
Paraíba	175	200	1.491	2.780	5.214
Pernambuco	726	1.202	3.725	5.293	8.104
Alagoas	426	252	261	1.883	4.393
Sergipe	99	113	148	1.125	3.582
Bahia	415	821	1.280	3.216	10.974
SUDESTE	11.413	20.475	59.178	117.949	297.110
Minas Gerais	1.271	3.271	10.198	16.490	44.788
Espírito Santo	355	552	1.756	2.688	10.336
Rio de Janeiro	3.296	2.215	4.407	30.585	93.564
Guanabara	2.134	5.270	12.999	-	-
São Paulo	4.357	9.167	29.818	68.186	148.422
SUL	2.361	4.898	12.453	33.978	92.675
Paraná	1.279	1.711	2.888	8.169	30.463
Santa Catarina	320	528	1.590	5.548	20.792
Rio Grande do Sul	762	2.659	7.975	20.261	41.420
CENTRO-OESTE	524	1.161	4.551	13.622	44.829
Mato Grosso do Sul	-	-	-	1.989	8.258
Mato Grosso	76	193	790	1.415	9.784
Goiás	448	757	2.433	6.387	11.527
Distrito Federal	-	211	1.328	3.831	15.260
TOTAL BRASIL	17.124	30.888	85.849	190.712	508.424

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1994 e 2003.

Tabela 45 – Distribuição da Matrícula no Curso de Direito por Região - 1954-2003

Região	Matrículas no curso de Direito				
	1954	1964	1974	1994	2003
Norte	2%	2%	1%	3%	3%
Nordeste	14%	12%	10%	11%	11%
Sudeste	67%	66%	69%	62%	58%
Sul	14%	16%	15%	18%	18%
Centro-Oeste	3%	4%	5%	7%	9%
TOTAL BRASIL	100%	100%	100%	100%	100%

Fontes: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1994 e 2003.

Tabela 46 – Matrícula no Curso de Direito por UF, segundo as dez UF com maior percentual de alunos – 1954 e 2003

1954		2003	
UF	Matrícula	UF	Matrícula
São Paulo	25,4%	São Paulo	29,2%
Rio de Janeiro	19,2%	Rio de Janeiro	18,4%
Guanabara	12,5%	Minas Gerais	8,8%
Paraná	7,5%	Rio Grande do Sul	8,1%
Minas Gerais	7,4%	Paraná	6,0%
Rio Grande do Sul	4,4%	Santa Catarina	4,1%
Pernambuco	4,2%	Distrito Federal	3,0%
Goiás	2,6%	Goiás	2,3%
Alagoas	2,5%	Bahia	2,2%
Bahia	2,4%	Espírito Santo	2,0%
Outros	11,7%	Outras	15,9%
Total	100,0%	Total	100,0%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954 e 2003.

Tabela 47 – Relação de Matrículas de direito por habitante - Brasil - 1954-2003

Ano	População	Matrículas em Direito	Relação População / Matrículas	Interpretação
1954	57.226.000	17.124	3.342	<i>1 estudante de direito para cada 3.342 habitantes</i>
1964	79.837.000	30.888	2.585	.
1974	104.378.935	85.849	1.216	.
1987	141.452.200	144.043	982	.
1994	153.725.700	190.712	806	.
2003	174.836.993	508.424	344	<i>1 estudante de direito para cada 344 habitantes</i>

Fontes: MEC/INEP. Sinopses Estatísticas (vários anos) e IBGE..

4.3. EVOLUÇÃO DOS CONCLUINTES

Tabela 48 – Evolução dos concluintes de Direito – Brasil – 1953-2005

Ano	Concluintes de Direito		
	Por ano		Acumulado (últimos 10 anos)
	Total	Variação	
1953	2.215	-	-
1963	3.817	72%	-
1973	15.802	314%	-
1986	22.040	39%	-
1994	26.535	20%	26.535
1995	29.122	10%	55.657
1996	31.976	10%	87.633
1997	35.433	11%	123.066
1998	40.693	15%	163.759
1999	41.766	3%	205.525
2000	44.120	6%	249.645
2001	48.193	9%	297.838
2002	53.908	12%	351.746
2003	64.413	19%	416.159
2004	71.083	10,4%	487.242
2005	78.445 ¹	10,4% ²	565.687

Fonte: MEC/INEP. Sinopses Estatística da Educação Superior. Vários anos.

 Nota: ¹ Projeção com base na variação anual da última década

² Média geométrica da década.

Gráfico 4 – Evolução dos Concluintes de Direito – Brasil – 1933-2003

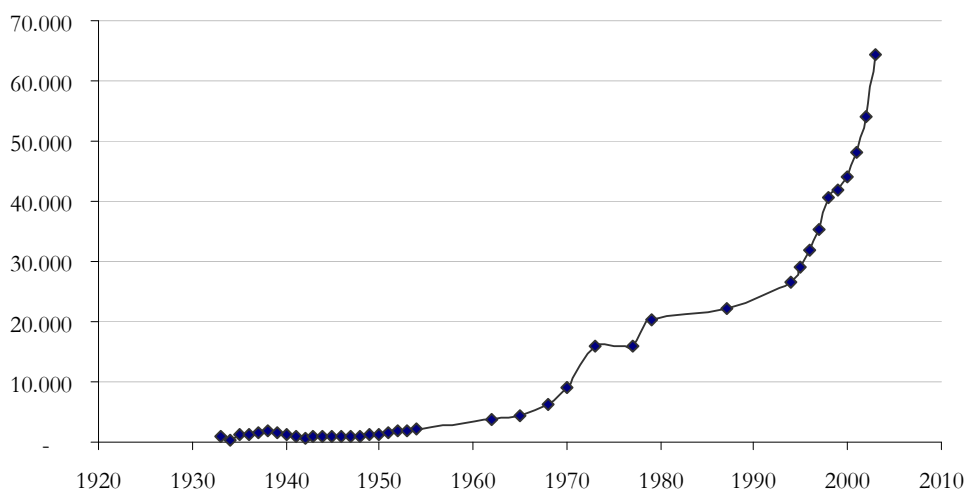


Tabela 49 – Concluintes de Direito por dependência administrativa – Brasil – 1953-2003

Ano	Concluintes do curso de Direito						Privado sobre o Total
	Total	Público				Privado	
		Total	Federal	Estadual	Municipal		
1953	1.859	1.157	948	209	-	702	38%
1963	3.817	2.177	*	*	*	1.640	43%
1973	15.802	4.197	2.634	845	718	11.605	73%
1986	22.040	4.946	2.981	969	996	17.094	78%
1994	26.535	6.592	3.489	1.715	1.388	19.943	75%
2003	64.413	10.523	4.863	3.342	2.318	53.890	84%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1987; 1995 e 2003.

Tabela 50 – Concluintes de Direito por Região – Brasil – 1953-2003

Região	Concluintes do Curso de Direito				
	1953	1963	1974	1994	2003
Norte	47	52	248	708	1.956
Nordeste	330	526	1.251	3.262	6.882
Sudeste	1.157	2.499	11.760	16.538	40.276
Sul	301	585	1.626	4.015	10.264
Centro-Oeste	24	155	917	2.012	5.035
Total Brasil	1.859	3.817	15.802	26.535	64.413
Norte	2,5%	1,4%	1,6%	2,7%	3,0%
Nordeste	17,8%	13,8%	7,9%	12,3%	10,7%
Sudeste	62,2%	65,5%	74,4%	62,3%	62,5%
Sul	16,2%	15,3%	10,3%	15,1%	15,9%
Centro-Oeste	1,3%	4,1%	5,8%	7,6%	7,8%
Total Brasil	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1995 e 2003.

Nota: Dados de 1987 não disponíveis, por região.

Tabela 51 – Concluintes de Direito por Unidade da Federação– Brasil – 1953-2003

Região e UF	Concluintes do curso de Direito				
	1953	1963	1974	1994	2003
NORTE	47	52	248	708	1.956
Rondônia	-	-	-	94	413
Acre	-	-	28	33	35
Amazonas	28	27	84	137	288
Roraima	-	-	-	-	32
Pará	19	25	136	396	775
Amapá	-	-	-	-	105
Tocantins	-	-	-	48	308
NORDESTE	330	526	1.251	3.262	6.882
Maranhão	35	34	-	157	419
Piauí	32	24	36	100	1.174
Ceará	31	96	155	621	1.011
Rio Grande do Norte	-	29	71	126	600
Paraíba	-	34	121	480	778
Pernambuco	106	135	494	704	1.171
Alagoas	74	53	50	282	561
Sergipe	-	17	46	157	286
Bahia	52	104	278	635	882
SUDESTE	1.157	2.499	11.760	16.538	40.276
Minas Gerais	178	319	1.483	2.649	5.605
Espírito Santo	35	82	283	455	1.083
Rio de Janeiro	442	238	656	4.978	6.740
Guanabara	261	777	2.156	-	-
São Paulo	241	1.083	7.182	8.456	26.848
SUL	301	585	1.626	4.015	10.264
Paraná	154	260	365	1.149	3.120
Santa Catarina	25	48	217	645	2.360
Rio Grande do Sul	122	277	1.044	2.221	4.784
CENTRO-OESTE	24	155	917	2.012	5.035
Mato Grosso do Sul	-	-	-	337	860
Mato Grosso	-	28	111	79	942
Goiás	24	127	309	1.030	1.638
Distrito Federal	-	-	497	566	1.595
TOTAL BRASIL	1.859	3.817	15.802	26.535	64.413

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1995 e 2003.

Tabela 52 – Concluintes no Curso de Direito por UF, segundo as dez UF com maior percentual de concluintes – 1953,2003

1953		2003	
UF	Concluintes	UF	Concluintes
Rio de Janeiro	23,8%	São Paulo	41,7%
Guanabara	14,0%	Rio de Janeiro	10,5%
São Paulo	13,0%	Minas Gerais	8,7%
Minas Gerais	9,6%	Rio Grande do Sul	7,4%
Paraná	8,3%	Paraná	4,8%
Rio Grande do Sul	6,6%	Santa Catarina	3,7%
Pernambuco	5,7%	Goiás	2,5%
Alagoas	4,0%	Distrito Federal	2,5%
Bahia	2,8%	Piauí	1,8%
Maranhão	1,9%	Pernambuco	1,8%
Outras	10,4%	Outras	14,6%
Total	100,0%	Total	100,0%

Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 2003

Tabela 53 – Relação de Concluintes de direito por habitante - Brasil - 1953-2003

Ano	População	Concluintes em Direito	Relação População / Concluintes	Interpretação
1953	55.772.000	1.859	30.001	<i>1 concluinte de direito para cada 30.000 habitantes</i>
1963	77.521.000	3.817	20.309	.
1973	101.818.671	15.802	6.443	.
1986	138.492.900	22.040	6.284	.
1994	153.725.700	26.535	5.793	.
2003	174.836.993	64.413	2.714	<i>1 concluinte de direito para cada 2.714 habitantes</i>

Fonte: MEC/INEP. Sinopses Estatísticas (vários anos) e IBGE Século XX

4.4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS DE DIREITO

- 105 novos cursos privados de direito de 2002 para 2003, o que equivale à criação de 8,75 novos cursos por mês.
- O número de cursos particulares de direito quadruplicou na última década.

Tabela 54 – Cursos de Direito por dependência administrativa – Brasil – 1954-2003

Ano	Cursos de Direito						Particular sobre o Total
	Total	Público				Particular	
		Total	Federal	Estadual	Municipal		
1954	35	16	15	1	0	19	54%
1964	62	27	*	*	*	35	56%
1974	117	39	25	6	8	78	67%
1987	147	50	30	8	12	97	66%
1994	220	71	40	15	16	149	68%
2003	704	113	56	39	18	591	84%

. Fonte: MEC/SEEC. Sinopse Estatística do Ensino Superior 1954; 1964-63; 1974; 1987; 1994 e 2003.

4.5. DEMANDA PELO CURSO DE DIREITO

Tabela 55 – Vagas e Candidatos aos cursos de Direito – Brasil – 1994-2003

Ano	Cursos de Direito		
	Vagas	Inscritos	Relação
1994	49.399	400.277	8,1
1999	105.401	556.404	5,3
2001	148.957	595.911	4,0
2003	197.988	629.257	3,2

Fonte: MEC/SEEC/INEP. Sinopses Estatística do Ensino Superior 1994,1999,2001 e 2003

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Edson Nunes

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, graduou-se em direito e ciências sociais na UFF. Foi pesquisador e Vice-Presidente executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Presidente do IBGE, Representante do Ministério do Planejamento no Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração do BNDES, e da Dataprev. É professor dos programas de mestrado de Direito e de Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes e Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa. Atualmente, é presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM). Seus trabalhos recentes incluem artigos de natureza acadêmica e jornalística, bem como relatórios de consultoria para agências brasileiras e internacionais. É conferencista de vários programas de pós-graduação e de desenvolvimento gerencial, onde discute temas relativos à educação, conjuntura política, políticas públicas e o Estado brasileiro. Autor de *A Gramática Política do Brasil*, *A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político*; *Reforma Administrativa*, *Reforma Regulatória: a nova face da relação estado-economia no Brasil*. Organizador dos livros *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* e *State and Society in Brazil: continuity and change*. Co-autor de *Futuros Possíveis*, *Passados Indesejáveis: selo de qualidade da OAB, Provão e ensino superior no Brasil*; *Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de saúde e educação no Brasil e Evolução*; *Institucionalização do Ensino superior Privado no Brasil: 1968-1990* e *Dilemmas of State-led Modernization in Brazil*.

Márcia Marques de Carvalho

Pesquisadora da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes e do Observatório Universitário. Professora do Mestrado em Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes. Mestre em engenharia de produção pela UFRJ e graduada em estatística pela ENCE. Atua em projetos de pesquisa aplicada em educação superior, economia social e amostragem.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, fevereiro de 2003.
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo?**, Edson Nunes. Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades

Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.

10. **Governo de Transição FHC – Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas, junho de 2003.*
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, *junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, *junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, julho de 2003.*
14. **Descontruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.*
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, *julho de 2003.*
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, *julho de 2003.*
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; *incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003.*
19. **Segurança versus Insegurança**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003.*
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e*

instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003

21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2003.*
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*
28. **Entre o Passado e o Presente**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, março de 2004.*
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004.*

32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**", Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33.*
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha", Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título "Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos".*
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.*
35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**", Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto apresentado no "Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educacion". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.*
36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*

40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios*, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.
42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005.*